



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 5, maio 2005. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em maio, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 3,1 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões do mesmo mês do ano anterior. As receitas do Tesouro caíram 15,9% no mês em análise, em relação a abril de 2005, devido em grande parte à concentração da arrecadação do imposto de renda, da CSLL e da cota-parte de compensações financeiras (*royalties*) no último decêndio de abril. Ao mesmo tempo, as transferências a estados e municípios aumentaram 21,9%, em função do partilhamento dessas receitas e do repasse aos demais entes dar-se no mês seguinte à sua arrecadação. Houve, também, aumento nas despesas com seguro-desemprego e abono salarial (32,8%), devido ao aumento do salário-mínimo em maio. Destarte, o resultado primário como proporção do PIB nos cinco primeiros meses de 2005 limitou-se a 4,40% (contra 4,19% em 2004), na esteira do aumento de 20,9% no déficit da Previdência Social entre os dois períodos. A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 12,9 bilhões até maio de 2005. A média de benefícios concedidos este ano por auxílio-doença subiu 23,2% em relação à média do período janeiro a maio de 2004, contrastando com o crescimento de 5,3% em todos os benefícios. As transferências a estados e municípios este ano estão R\$ 6,2 bilhões superiores às registradas em igual período de 2004 (aumento de 0,32 ponto percentual do PIB).

O resultado primário do Governo Central em maio foi de R\$ 3,1 bilhões, acumulando no ano superávit de R\$ 33,7 bilhões, ou cerca de 4,40% do PIB.

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	15,9%
Tesouro	15,6%
Previdência	17,0%
Transferências	21,6%
Receita Líquida	14,7%
Despesas	13,8%
Benefícios	17,9%
Pessoal	5,1%
Custeio e Capital	16,9%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	ABR 2005	MAI 2005	JAN-MAI 2004	JAN-MAI 2005
I. RECEITA TOTAL	42.746,5	36.909,7	167.804,6	194.519,2
I.1. Receitas do Tesouro	34.037,8	28.612,0	132.783,3	153.472,2
I.1.1 Receita Bruta	34.561,9	29.342,8	135.988,2	156.258,8
I.1.2. (-) Restituições	-524,0	-730,8	-3.204,9	-2.786,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.598,3	8.187,8	34.575,0	40.440,2
I.3. Receitas do Banco Central	110,4	109,9	446,2	606,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.557,4	7.996,6	28.665,5	34.858,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	36.189,2	28.913,1	139.139,1	159.660,4
IV. DESPESA TOTAL	23.270,4	25.820,5	110.688,8	125.964,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.255,5	6.430,8	33.047,2	34.727,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.611,6	10.530,9	45.280,7	53.382,7
IV.3. Custeio e Capital	6.235,7	8.678,3	31.619,4	36.954,2
IV.3.1. Despesa do FAT	671,5	862,2	3.287,6	3.508,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (1)	66,6	383,7	1.531,8	2.724,0
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	703,8	712,2	2.819,9	3.428,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.793,8	6.720,3	23.980,1	27.293,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	51,7	53,7	228,7	270,5
IV.5. Despesas do Banco Central	115,8	126,7	512,9	629,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	12.918,8	3.092,6	28.450,2	33.696,2
V.1. Tesouro Nacional	14.937,6	5.452,5	39.222,6	46.661,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.013,3	-2.343,1	-10.705,7	-12.942,5
V.3. Banco Central (3)	-5,5	-16,8	-66,7	-22,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,19%	4,40%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(2) Receitas de Contribuições menos Despesas com Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

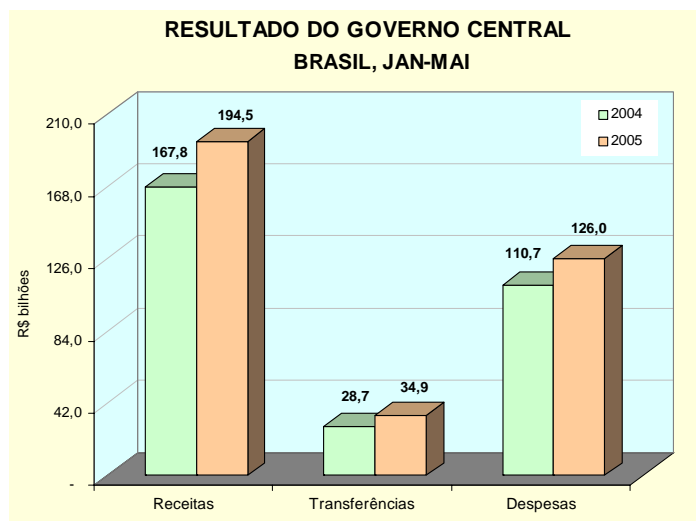
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	24,73%	25,38%
Transferências	4,23%	4,55%
Receita Líquida	20,51%	20,83%
Despesa Total	16,31%	16,43%
Resultado Primário	4,19%	4,40%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Tesouro Nacional	5,78%	6,09%
Previdência Social	-1,58%	-1,69%
Banco Central	-0,01%	0,00%
Governo Central	4,19%	4,40%

O Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 46,7 bilhões este ano, aproximadamente 6,09% do PIB, contra R\$ 39,2 bilhões, ou 5,78% do PIB, até maio de 2004. A maior lucratividade das empresas, traduzida no bom desempenho do IRPJ e da CSLL, assim como o ritmo relativamente moderado das despesas, explicam o comportamento do resultado obtido pelo Tesouro no ano.

O crescimento da receita em 2005 também está relacionado às medidas tributárias adotadas em 2004, em particular a incidência da Cofins sobre as importações e o aumento da alíquota da CSLL referente a prestadoras de serviços, ainda que parcialmente compensados pelo alongamento do prazo de recolhimento do IPI. Houve, também, aumento, *vis-à-vis* igual período de 2004, das vendas de automóveis no mercado interno (15,8%) e da produção industrial, especialmente nos setores de química e metalurgia básica, com efeito sobre a arrecadação do IPI - automóveis (22,5%) e IPI - outros (31,3%). Além disso, observou-se aumento na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras (*royalties* pela exploração de petróleo), devido à elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, *vis-à-vis* o preço médio entre janeiro e maio de 2004.

Até maio, destaca-se o comportamento das transferências a estados e municípios, que, em termos nominais, cresceram 21,6% em relação a igual período de 2004. As transferências da CIDE, bem como da cota-parte de compensações financeiras têm contribuído para esse comportamento.



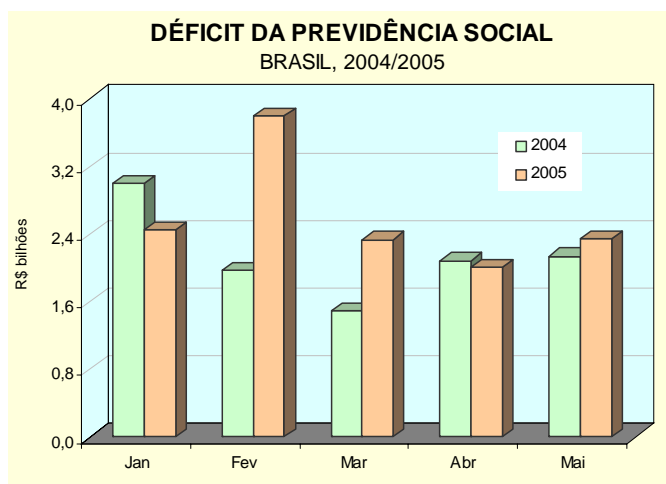
As despesas com pessoal e encargos sociais aumentaram 5,1% este ano, ao passo que o IPCA médio de janeiro a maio de 2005, contra igual período de 2004, cresceu 7,7%.

O comportamento das receitas contribuiu para aumento substancial das transferências a estados e municípios este ano (superior em R\$ 6,2 bilhões, ou 21,6%, em termos nominais). Além das transferências constitucionais e da cota-parte de compensações financeiras, houve repasse da CIDE superior em R\$ 490,3 milhões ao de igual período de 2004.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 7,1 bilhões (10,9%) relativamente às verificadas até maio de 2004. No mesmo período de comparação, o crescimento do PIB nominal estimado foi de 13,0%. Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram R\$ 1,7 bilhão (5,1%) como reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação das carreiras estratégicas e da contratação de novos servidores, essenciais para melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade nas áreas de educação, saúde, segurança pública e Previdência Social.

As despesas com custeio e capital representam cerca de 1/3 das despesas primárias do Governo Central. Até maio, em seu conjunto, cresceram R\$ 5,3 bilhões (16,9%), com destaque para subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos – nas quais incluem-se os repasses para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) em fevereiro e março (R\$ 1,2 bilhão) deste ano, sem correspondência no ano anterior. Além disso, destaca-se o crescimento de 29,2% nas despesas do Tesouro com benefícios assistenciais (LOAS), na esteira das modificações adotadas no estatuto do idoso, inclusive a redução da idade de benefício de 70 para 65 anos e dos critérios de renda média familiar requerida. Em particular, o número médio de benefícios concedidos na categoria “LOAS idoso” cresceu 30,5% de janeiro a maio de 2005, contra o mesmo período do ano anterior.

A dinâmica de despesas obrigatórias do Tesouro Nacional com benefícios assistenciais (LOAS, em especial) decorre do aumento real do salário-mínimo e do maior ritmo de concessão do benefício após estatuto do idoso. Com efeito, esses gastos cresceram 29,2% este ano, passando de R\$ 2,1 bilhões, até maio de 2004, para R\$ 2,7 bilhões, em 2005.



Por fim, o déficit da Previdência Social cresceu 20,9% (R\$ 2,2 bilhões) até maio de 2005. A arrecadação aumentou 17,0% (R\$ 5,9 bilhões), refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas contribuições previdenciárias. As despesas com benefícios, por outro lado, totalizaram R\$ 53,4 bilhões em igual período, 17,9% (R\$ 8,1 bilhões) superior ao observado até maio de 2004, não obstante o valor médio dos benefícios pagos

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	34,6	40,4	17,0%
Benefícios	45,3	53,4	17,9%
Resultado Primário	-10,7	-12,9	20,9%

ter aumentado em apenas em 7,1%. Como resultado, o déficit primário da Previdência aumentou para 1,69% do PIB, contra 1,58% até maio de 2004.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

No mês de maio, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 29,3 bilhões, valor R\$ 5,2 bilhões inferior à arrecadação de abril.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 29,3 bilhões em maio de 2005, contra R\$ 34,6 bilhões no mês anterior. A queda de R\$ 5,2 bilhões deveu-se, principalmente, aos seguintes recolhimentos sazonais, ocorridos em abril sem correspondência em maio: i) primeira cota ou cota única do IRPF relativa à declaração de ajuste do ano calendário de 2004; ii) primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2005; e iii) parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a receita da cota-parte de compensações financeiras.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a maio de 2005, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 20,3 bilhões, quando comparada a igual período do ano anterior, passando de R\$ 136,0 bilhões para R\$ 156,3 bilhões. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores, que afetaram a arrecadação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal: i) arrecadações do IRPJ e CSLL, com incrementos nominais de 28,7% e 27,3%, decorrente dos pagamentos efetuados por empresas não financeiras com base em estimativa mensal e lucro presumido, ambos apurados com base no faturamento; ii) arrecadação atípica do IRPF de R\$ 952,0 milhões (R\$ 497,0 milhões em igual período de 2004), referentes aos itens ganhos de capital na alienação de bens e ganhos de capital em operações em bolsa; iii) incremento de 9,7% no volume de venda no mercado interno impactando a arrecadação do IPI-Automóveis, que cresceu nominalmente 22,5%.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 19,0 bilhões, representando aumento de R\$ 2,9 bilhões em relação a igual período de 2004. Destacam-se: i) o maior recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 1,6 bilhão), refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo que os observados no começo do ano anterior; ii) o acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 897,6 milhões) concentrado, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel que refletiu, entre outros fatores, o maior número de habilitações de aparelhos celulares, relativamente a 2004; e iii) o incremento na arrecadação referente a dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	8,39%	8,43%
Imposto de Renda	6,30%	6,27%
IPI	1,28%	1,36%
Outros	0,81%	0,80%
Contribuições	9,30%	9,48%
Cofins	4,43%	4,52%
CPMF	1,51%	1,51%
CSLL	1,30%	1,46%
Cide - Combustíveis	0,48%	0,41%
Outras	1,58%	1,58%
Demais	2,36%	2,47%
Cota parte	0,70%	0,82%
Diretamente Arrecadada	0,66%	0,70%
Dividendos da União	0,38%	0,39%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,16%
Outras	0,46%	0,40%
Total Bruto	20,04%	20,39%

/1 Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

(R\$ 396,2 milhões), em boa parte, como decorrência da lucratividade obtida pela empresas no exercício anterior.

Em maio, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,0 bilhões, contra R\$ 6,6 bilhões em abril, correspondendo a um crescimento de 21,9%. O repasse referente à cota parte da participação de royalties pela produção de petróleo e gás apresentou aumento de R\$ 972,4 milhões, refletindo o fato de que a receita referente à participação especial ingressa ao final de abril e a transferência, por força de lei, é realizada no primeiro decêndio do mês subsequente. As transferências relativas a fundos de participações (FPE e FPM) superaram em R\$ 422,2 milhões as realizadas no mês anterior, acompanhando o crescimento das receitas compartilhadas, em especial do Imposto de Renda.

De janeiro a maio de 2005, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 34,9 bilhões (correspondendo a 4,55% do PIB), superior em R\$ 6,2 bilhões à registrada em igual período de 2004 (R\$ 28,7 bilhões, equivalentes a 4,23% do PIB). Esse crescimento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 3,8 bilhões nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), em razão da maior arrecadação de IR e de IPI, base para o cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 1,2 bilhão no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento do preço do petróleo; iii) incremento de R\$ 490,3 milhões nas transferências CIDE-Combustível, uma vez que no primeiro quadrimestre de 2004, em função da regulamentação pela Lei nº 10.866/2004, ocorreu transferência de uma parcela (em abril) frente a duas parcelas em 2005 (janeiro e abril); e iv) aumento de R\$ 375,2 milhões nas transferências referentes à “Lei Kandir” uma vez que os repasses autorizados pela Medida Provisória nº 193, de 24 de junho de 2004 (convertida na Lei nº 10.966/2004), como auxílio financeiro da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomentar as exportações foram efetuados a partir de julho de 2004.

Apesar de as despesas do Tesouro Nacional, no período janeiro-maio de 2005, terem se reduzido em 0,17 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período de 2004, estas aumentaram em maio frente a abril de 2005, totalizando R\$ 15,2 bilhões em maio, contra R\$ 12,5 bilhões em abril. A maior parte dessa variação, R\$ 1,9 bilhão, referiu-se a despesas de custeio e capital, que cresceram cerca de 40,2% em relação ao mês anterior, na esteira da antecipação de limites de pagamento frente ao previsto originalmente no Decreto nº 5.379/2005. Essa

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Decêndio	ABR	MAI
Terceiro Decêndio	6.239,7	7.915,4
Primeiro Decêndio	2.147,5	2.333,2
Segundo Decêndio	2.956,7	2.555,5
Total	11.343,8	12.804,1

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	22.615,3	26.467,1
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	405,3	895,6
Desoneração do ICMS	1.416,7	1.791,9
Demais	4.228,2	5.704,2
Total	28.665,5	34.858,8

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,2 bilhões.

antecipação das despesas do terceiro para o segundo quadrimestre deu-se em linha com a reavaliação bimestral das receitas.

As despesas com subsídios e subvenções aumentaram R\$ 317,1 milhões, explicado, em grande medida, pelo maior volume de operações no âmbito do Proex, cuja elevação foi de R\$ 154,7 milhões. O aumento dos gastos do FAT, de R\$ 190,7 milhões, é reflexo, basicamente, do efeito do reajuste do salário mínimo a partir de 1º maio sobre os pagamentos de benefícios com seguro-desemprego.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas com pessoal e encargos sociais tiveram redução de 2,4% em termos reais, ou 0,3 ponto percentual do PIB.

No período acumulado de janeiro a maio de 2005, as despesas do Tesouro Nacional foram equivalentes a 9,39% do PIB, contra 9,57% em 2004. Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram nominalmente R\$ 1,7 bilhão (5,1%), traduzindo-se, no entanto, em uma pequena redução (0,34 ponto percentual) quando medidos em relação ao PIB. Os dispêndios com custeio e capital cresceram R\$ 5,3 bilhões (16,9%), equivalente a 0,16 ponto percentual do PIB, em boa medida como decorrência das despesas de capitalização da Emgea, que alcançou R\$ 1,2 bilhão, sem correspondência em 2004.

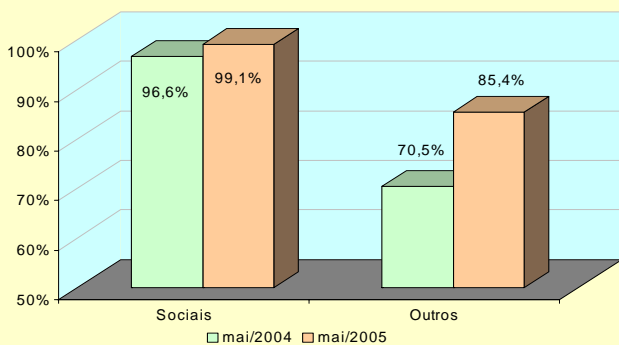
Os gastos com subsídios e subvenções econômicas cresceram R\$ 1,2 bilhão, ou 0,13 ponto percentual do PIB, equivalente ao valor empregado na Emgea. Excluindo o reordenamento de passivos e as subvenções aos fundos regionais, as demais despesas apresentaram incremento, da ordem de R\$ 104,5 milhões. Em termos desagregados, a principal variação no acumulado até maio dos anos foi no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal, cuja despesa em 2005 superou a do ano passado em R\$ 309,6 milhões. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelos gastos com aquisições de trigo, em função do exercício de opção de venda por parte dos agricultores.

Os gastos da LOAS/RMV alcançaram R\$ 3,4 bilhões, superando em R\$ 608,3 milhões (21,6%) os dispêndios de 2004, explicado pelo reajuste do salário mínimo em 2004 e, no caso do LOAS, pela elevação do número médio de beneficiários. As despesas do FAT atingiram R\$ 3,5 bilhões nos cinco primeiros meses de 2005, contra R\$ 3,3 bilhões em igual período do ano anterior (queda de 0,03 ponto percentual do PIB).

No acumulado de 2005, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Assistência e Promoção Social) aumentou para 99,1% frente aos 96,6% verificados no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 85,4% ante 70,5%, verificado no ano anterior.

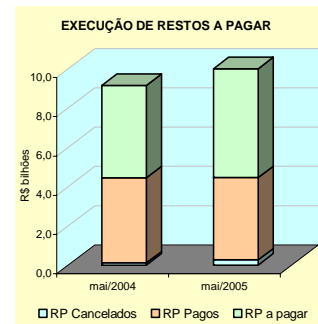
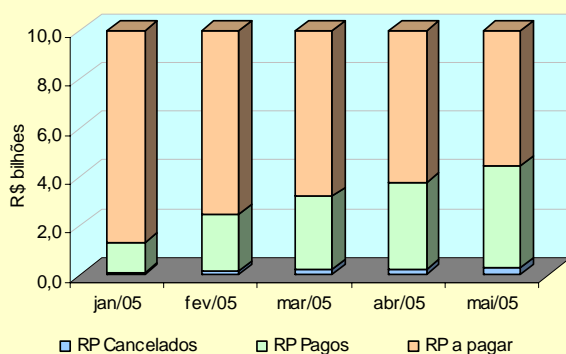
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,87%	4,53%
Custeio e Capital	4,66%	4,82%
Despesas do FAT	0,48%	0,46%
Subsídios e Subvenções /1	0,23%	0,36%
LOAS/RMV	0,42%	0,45%
Outras	3,53%	3,56%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

/1 Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

**EXECUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTOS DOS MINISTÉRIOS
2004/2005 (Acumulado até maio)**


Até maio de 2005, os ministérios das áreas sociais executaram 99,1% do limite de pagamento autorizado para esse período, contra 96,6% em igual período de 2004.

Até maio, foram pagos R\$ 4,2 bilhões de restos a pagar (RP), valor próximo àquele de igual período em 2005. O valor pago corresponde a 39,4% do total de RP inscritos em 2005 (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2005, R\$ 1,4 bilhão (34,3% do total) corresponderam a gastos com investimentos


**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR
2004 / 2005**


Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2005, R\$ 1,4 bilhão (34,3% do total) correspondeu a gastos com investimentos.

Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira

Conforme o disposto no art. 9º da LRF, foi efetuada a reavaliação das receitas não-financeiras e despesas obrigatórias referente ao segundo bimestre de 2005 a partir dos dados realizados até o mês de abril, e dos parâmetros macroeconômicos atualizados. Verificou-se crescimento na arrecadação das receitas primárias superior à necessidade de elevação de algumas despesas obrigatórias, tornando possível efetivar a ampliação do montante de despesas discricionárias do Poder Executivo em R\$ 772,5 milhões em relação aos limites previstos no Decreto nº 5.379/2005. Tal ampliação foi efetivada por meio do Decreto nº 5.463, de 13 de junho de 2005. Seguindo determinação do § 1º do art. 9º da LRF, o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira deverá ser compartilhado entre os Poderes e o Ministério Público da União (MPU), proporcionalmente às reduções outrora efetivadas. Com isso, a limitação atribuída ao Poder Executivo passou a ser de R\$ 14,8 bilhões; ao Legislativo, de R\$ 41,1 milhões; ao Judiciário, de R\$ 187,5 milhões; e ao MPU, de R\$ 30,1 milhões.

Previdência Social

Em maio, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,3 bilhões, R\$ 329,8 milhões acima do verificado no mês anterior, em função do aumento de R\$ 339,1 milhões nas transferências a terceiros no mês e da redução de R\$ 95,4 milhões nas despesas com precatórios de benefícios em relação à abril. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 12,9 bilhões, contra R\$ 10,7 bilhões observados em 2004.

Em maio, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,3 bilhões.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

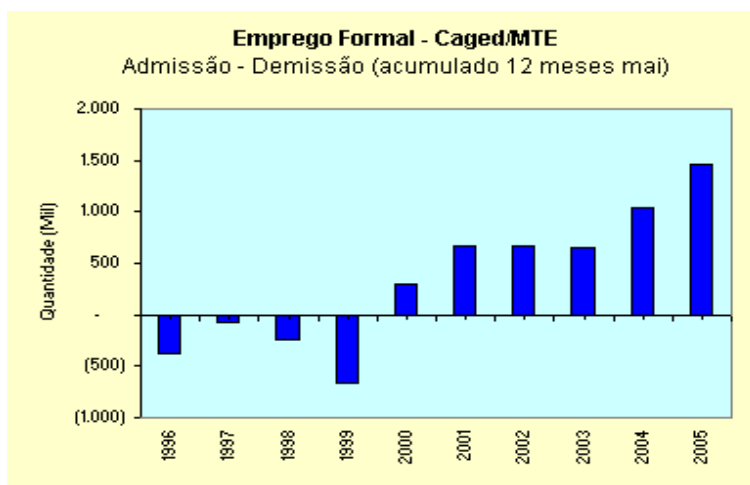
DISCRIMINAÇÃO	ABR		MAI		JAN-MAI	
	2005	2005	2004	2005	2004	2005
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	8.598,3	8.187,8	34.575,0	40.440,2		
Arrecadação Bruta	8.865,0	8.909,6	37.762,2	43.662,0		
- Contribuição Previdenciária	8.296,3	8.376,5	35.280,7	40.615,3		
- Simples	358,1	370,7	1.586,4	1.888,9		
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,0		
- CFT	62,2	62,6	364,7	278,8		
- Depósitos Judiciais	114,6	60,7	324,6	648,6		
- Refis	33,8	22,8	137,7	160,8		
- Outras Receitas	0,0	16,4	67,8	69,6		
(-) Restituição/Devolução	-23,2	-139,3	-126,3	-215,3		
(-) Transferências a Terceiros	-243,5	-582,5	-3.060,8	-3.006,5		
II. BENEFÍCIOS	10.611,6	10.530,9	45.280,7	53.382,7		
Benefícios Previdenciários	10.611,6	10.529,9	45.280,7	53.381,7		
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.013,3	-2.343,1	-10.705,7	-12.942,5		
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,58%	-1,69%		

Nos primeiro cinco meses do ano, a arrecadação líquida cresceu 17,0% (R\$ 5,9 bilhões), refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 1.467 mil novos empregos nos 12 meses até maio de 2005, frente a 1.037 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	34,6	40,4	17,0%
Benefícios	45,3	53,4	17,9%
Resultado Primário	-10,7	-12,9	20,9%

Boxe 2 – Reajuste dos benefícios previdenciários

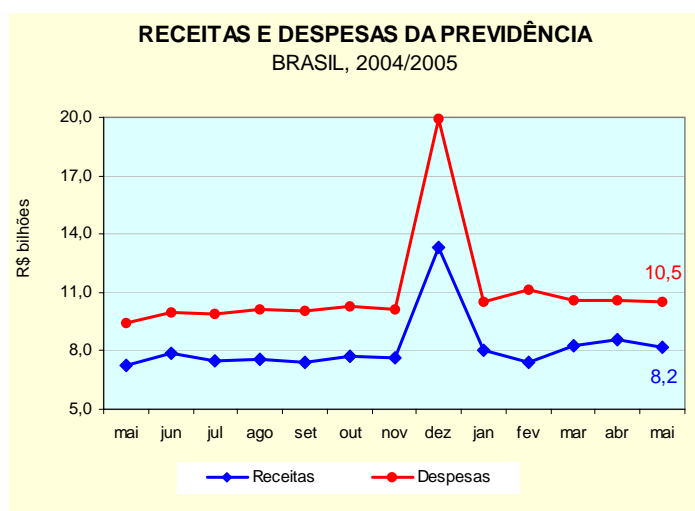
A MP nº 248, de 20 de abril de 2005, alterou o valor do salário-mínimo de R\$ 260,00 para R\$ 300,00 a partir de 1º de maio. Isso representa uma recomposição real do salário mínimo de 8,23%, considerando-se a variação do INPC de maio de 2004 a abril de 2005. Pelo Decreto nº 5.443, de 9 de maio de 2005, a Previdência Social reajustou os benefícios com valores superiores ao mínimo em 6,36% a partir de 1º de maio de 2005. O referido decreto também estabeleceu o limite máximo do salário de contribuição e salário do benefício em R\$ 2.668,15. O efeito dos reajustes do salário-mínimo e dos demais benefícios impactam o caixa do Tesouro Nacional a partir de junho.



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 53,4 bilhões nos cinco primeiros meses de 2005, representando aumento de 17,9% (R\$ 8,1 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento se situa bem acima do crescimento de 7,1% no valor médio dos benefícios pagos. Houve também aumento de 1,2 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 5,3% no total de benefícios.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAI			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,1	23,3	5,3%
Valor médio**	422,0	451,8	7,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00



Na comparação da média de janeiro a maio de 2005 em relação à média do mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 458,7 mil aposentadorias (4,6%), 263,3 mil benefícios de auxílio-doença (23,2%) e 323,0 mil nas despesas de Loas (18,1%). A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

	Em mil benefícios			
	ABR	MAI	MÉDIA JAN-MAI	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.355	23.431	22.093	23.264
PREVIDENCIÁRIOS	19.908	19.969	18.951	19.832
Aposentadorias	12.738	12.773	12.239	12.698
Idade	6.520	6.538	6.229	6.499
Invalidez	2.561	2.571	2.429	2.550
Tempo de contribuição	3.657	3.664	3.582	3.649
Pensão por morte	5.675	5.684	5.510	5.661
Auxílio - doença	1.424	1.440	1.137	1.401
Salário - maternidade	45	45	41	46
Outros	27	27	23	27
ACIDENTÁRIOS	756	758	739	756
Aposentadorias	139	139	131	138
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	130	131	120	130
Auxílio - acidente	267	267	265	266
Auxílio - suplementar	91	91	93	91
ASSISTENCIAIS	2.681	2.695	2.403	2.667
Amparos Assistenciais - LOAS	2.130	2.149	1.789	2.112
Idoso	977	989	739	965
Portador de deficiência	1.153	1.160	1.049	1.147
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	534	529	596	538

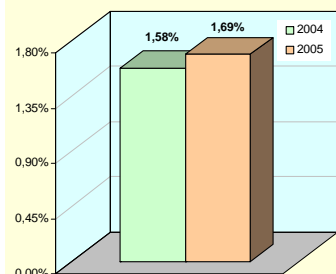
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,10%	5,28%
Benefícios	6,67%	6,96%
Resultado Primário	-1,58%	-1,69%

O déficit do RGPS se ampliou em 20,9% (R\$ 2,2 bilhões), em decorrência do aumento em 0,11 ponto percentual do PIB das despesas, não acompanhadas pelo aumento de receitas, que ficou em apenas 0,18 ponto percentual do PIB. Como resultado, o déficit primário aumentou para 1,69% do PIB.

O déficit acumulado até maio está R\$ 509,0 milhões acima das projeções apresentadas pela Previdência Social quando do anúncio do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social. De um lado, a receita líquida do INSS foi inferior à estimativa em R\$ 1,0 bilhão, por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários ficaram R\$ 508,5 milhões inferiores ao previsto.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)



METAS DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2005

Metas	R\$ Milhões						
	Jan	fev	mar	abr	maio	IIQ	IIIQ
Decreto nº 5.379/2005	2.450,6	2.260,4	1.841,1	2.221,6	2.201,8	11.217,8	17.813,5
Programa de Modernização	-	-	2.209,2	2.110,5	1.871,5	8.934,9	12.468,7
Decreto nº 5.436/2005	-	-	-	-	2.076,5	11.152,3	17.168,0
Realizado	2.450,6	3.798,3	2.337,1	2.013,3	2.343,1		

METAS DE RECEITA LÍQUIDA INSS - 2005

Metas	R\$ Milhões						
	Jan	fev	mar	abr	maio	IIQ	IIIQ
Decreto nº 5.379/2005	8.047,0	8.051,5	8.503,2	8.155,3	8.207,8	33.388,1	39.275,3
Programa de Modernização	-	-	8.588,0	8.318,0	8.454,0	34.558,0	42.081,0
Decreto nº 5.436/2005	-	-	-	-	8.364,1	33.794,4	40.570,7
Realizado	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8		

Em maio, houve aumento da participação de títulos prefixados e redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic na Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), com emissão líquida de R\$ 16,3 bilhões de LTN e NTN-F e resgates líquidos de LFT no montante de R\$ 10,9 bilhões. A relação Dívida Líquida do Tesouro Nacional/PIB apresentou ligeiro aumento em relação a abril. O custo médio de carregamento da dívida mobiliária interna apresentou queda, tendo alcançado 15,04%, contra 16,71% no mês anterior. Como reflexo, principalmente das amortizações/resgates da dívida contratual externa e títulos de renegociação (Bradies) e da apreciação do real em relação à moeda norte-americana, o estoque da dívida externa líquida mostrou-se, em maio de 2005, 4,3 pontos percentuais do PIB inferior ao observado em maio de 2004. Nesse mesmo período, a participação dos bônus de captação na Dívida Pública Federal externa (DPFe) aumentou em 7 pontos percentuais, enquanto a da dívida contratual externa e a dos títulos de renegociação apresentaram queda, respectivamente, de 3,7 e 3,3 pontos percentuais. O número de participantes no programa Tesouro Direto alcançou a cifra de 39.999, demonstrando o crescimento do interesse, por parte das pessoas físicas, por esta alternativa de investimento, mesmo sem apoio de campanhas publicitárias.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em maio, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 450,7 bilhões, equivalentes a 24,3% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação a abril, verificou-se aumento de R\$ 7,4 bilhões, explicado, principalmente, pela emissão líquida de títulos nos mercados interno e externo, além da apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna e da redução de haveres contratuais. O crescimento da dívida externa foi parcialmente compensado pela apreciação do real frente ao dólar (5,04%) verificada no mês.

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	162.641	251.164	268.957
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	724.948	863.749	878.750
Dívida Contratual da STN	-422.921	-454.059	-450.185
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-139.386	-158.526	-159.608
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	228.178	192.182	181.743
Dívida Mobiliária em Poder do Público	177.249	156.422	148.545
Títulos Depositados em Garantia	-3.920	-3.740	-3.690
Dívida Contratual	55.257	39.844	37.208
Disponibilidades	-407	-343	-319
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	390.820	443.346	450.700
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,1%	24,2%	24,3%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 450,7 bilhões em maio, equivalente a 24,3% do PIB.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de maio com saldo de R\$ 269,0 bilhões, superior ao registrado no mês anterior em R\$ 17,8 bilhões. Contribuíram para esse resultado a apropriação dos juros nominais e a emissão líquida de títulos da dívida mobiliária interna, bem como a redução dos haveres contratuais em R\$ 2,8 bilhões.

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio superior em R\$ 17,8 bilhões ao saldo do mês anterior.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	MAI	ABR	MAI
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	162.641	251.164	268.957
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	724.948	863.749	878.750
LFT	417.499	502.752	499.448
LTN	121.509	172.040	190.553
NTN-C	69.979	80.963	81.536
NTN-D	23.759	5.904	5.672
Demais	70.867	74.419	73.634
Dívida Securitizada	19.210	24.905	25.026
TDA	2.125	2.766	2.881
DÍVIDA CONTRATUAL	-562.307	-612.585	-609.793
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-422.921</i>	<i>-454.059</i>	<i>-450.185</i>
Dívida Bancária	25.495	24.975	24.961
Lei nº 7.976/89	-9.699	-7.266	-6.896
Lei nº 8.727/93	-47.766	-48.044	-48.086
Lei nº 9.496/97	-223.562	-248.071	-249.797
Renegociação Dívida Municipais	-32.698	-37.330	-37.529
Demais Haveres da STN	-134.691	-138.322	-132.840
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-139.386</i>	<i>-158.526</i>	<i>-159.608</i>
FAT	-96.515	-109.751	-109.979
Demais Entidades	-42.871	-48.775	-49.629
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,7%	47,1%	47,4%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,7%	-33,4%	-32,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,1%	-24,8%	-24,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,0%	13,7%	14,5%

Emissões e Resgates

Em maio, a emissão líquida de títulos da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 4,5 bilhões. As emissões brutas corresponderam a R\$ 33,8 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 29,3 bilhões.

O Tesouro Nacional realizou, em maio, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 4,5 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 33,5 bilhões, sendo: i) R\$ 21,3 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2005, janeiro e julho de 2006 e janeiro de 2007; ii) R\$ 11,5 bilhões em LFT, com vencimentos em março e dezembro de 2008 e setembro de 2009; iii) R\$ 267,5 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2008 e 2010; iv) R\$ 246,3 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021

e janeiro de 2031; e v) R\$ 184,8 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, 2008 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045.

As emissões diretas totalizaram R\$ 262,2 milhões, sendo as principais: i) R\$ 133,9 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; ii) R\$ 74,1 milhões em CFT-E1, para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies; e iii) R\$ 53,9 milhões em NTN-I, para o Programa de Financiamento às Exportações - Proex.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFI DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, MAI/2005

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	33.497,9	262,2	44,7	33.804,8
LFT	11.466,4	0,0	12,5	11.478,9
LTN	21.333,0	0,0	26,4	21.359,4
NTN-B	184,8	0,0	1,8	186,6
NTN-C	246,3	0,0	2,8	249,1
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	267,5	0,0	1,2	268,7
TDA	0,0	134,0	0,0	134,0
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	128,2	0,0	128,2
II. RESGATES**	23.355,5	5.963,9	11,5	29.330,9
LFT	17.923,8	4.468,0	1,8	22.393,6
LTN	4.953,9	417,9	3,2	5.375,0
NTN-B	373,2	335,5	0,9	709,6
NTN-C	104,6	0,0	5,3	109,9
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	0,4	0,4
TDA	0,0	15,3	0,0	15,3
Securitizada*	0,0	87,4	0,0	87,4
Demais	0,0	639,8	0,0	639,8
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	10.142,4	-5.701,7	33,2	4.473,9

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões líquidas de LTN e NTN-F (títulos prefixados) totalizaram R\$ 16,3 bilhões, enquanto as LFT, remuneradas pela taxa Selic, tiveram resgates líquidos da ordem de R\$ 10,9 bilhões.

Boxe 3 – Tesouro Direto

Em maio de 2005, a venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto totalizou R\$ 44,7 milhões. Em relação a maio de 2004, verificou-se aumento de 40,7% nas vendas.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 59,1% do montante vendido, seguidas pelas LFT (28,0%). O número de investidores cadastrados apresentou aumento, alcançando 39.999 pessoas.

As emissões realizadas por meio de venda de títulos pela internet, Tesouro Direto, totalizaram R\$ 44,7 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 26,4 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2005, janeiro, abril e julho de 2006 e janeiro de 2007; ii) R\$ 12,5 milhões em LFT com vencimentos em janeiro de 2007, junho de 2008 e março de 2009; iii) R\$ 2,8 milhões em NTN-C com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021, e janeiro de 2031; iv) R\$ 1,8 milhão em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045; e v) R\$ 1,2 milhão em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

O montante de títulos públicos resgatados, em maio, foi de R\$ 29,3 bilhões, sendo R\$ 25,8 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 3,5

bilhões referentes a cancelamentos. Do pagamento de principal e juros destacam-se os resgates de LFT, no total de R\$ 22,4 bilhões, enquanto que os cancelamentos mais importantes foram: i) R\$ 3,0 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; ii) R\$ 517,3 milhões em LFT e R\$ 6,3 milhões em LFT-B, aceitas na segunda etapa do leilão de NTN-C; e iii) R\$ 35,1 milhões em LFT, R\$ 18,4 milhões em NTN-C e R\$ 12,6 milhões em NTN-B aceitas na segunda etapa do leilão de NTN-B.

Composição

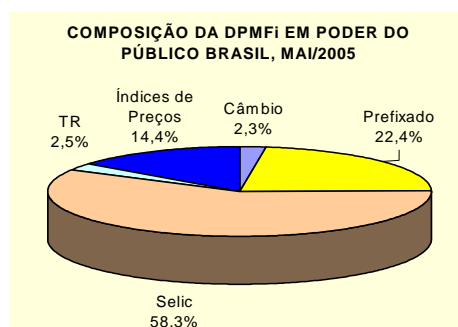
No que tange à composição da DPMFi, destaca-se o aumento na participação dos títulos prefixados em 1,86 ponto percentual, devido à emissão líquida de LTN e NTN-F, no valor de R\$ 16,3 bilhões, e redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 1,30 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 10,9 bilhões.

Os títulos prefixados tiveram sua participação aumentada em 1,86 ponto percentual, enquanto os títulos remunerados pela taxa Selic reduziram-se em 1,30 ponto percentual.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005 (%)

INDEXADOR	2004		2005
	MAI	ABR	MAI
Selic	59,60	59,59	58,29
Câmbio	5,97	2,48	2,34
Prefixados	17,07	20,58	22,44
Índices de Preços	15,56	14,66	14,44
TR	1,80	2,69	2,49

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 4 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em continuidade à política de fortalecimento do mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de maio, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e de NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 12 e 13 de maio, com liquidação financeira em 16 de maio. O montante vendido foi de R\$ 104,9 milhões, tendo sido recebidos R\$ 61,5 milhões em troca por outros títulos (58,7%) e R\$ 43,4 milhões em dinheiro (41,3%). Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2009, representando 52,7% do total vendido. Os títulos com vencimento em 2009, 2015, 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 9,69% a.a., 8,94% a.a., 8,95% a.a. e 9,09% a.a., respectivamente.

Destaca-se, também, a realização de leilões de compra e venda simultânea de NTN-B nos dias 23 e 30 de maio. Neste mês, em particular, somente ocorreram vendas de títulos, que totalizaram R\$ 79,9 milhões.

Realizou-se ainda leilão de NTN-C, nos dias 30 e 31 de maio, com liquidação financeira em 1º de junho de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 107,4 milhões, sendo que 79,1% corresponderam à venda em dinheiro (R\$ 84,9 milhões) e os 20,9% restantes à parcela recebida em títulos (R\$ 22,5 milhões).

Os vencimentos ofertados foram 2017, 2021 e 2031, sendo que a taxa de venda foi de 8,40% para todos os títulos. Destaca-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 45,2% do total negociado.

O custo médio da DPMFi em poder do público diminuiu de 16,71% a.a., em abril, para 15,04% a.a., em maio devido: i) à menor variação do IGP-M (-0,22%, em maio, contra 0,86%, em abril) e do IPCA (0,49%, em maio, contra 0,87%, em abril), fatores de remuneração das NTN-C e NTN-B, respectivamente; e ii) apreciação do real frente ao dólar em 5,04% no mês de maio. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 18,20% a.a. em abril, para 17,03% a.a. em maio.

Custo Médio

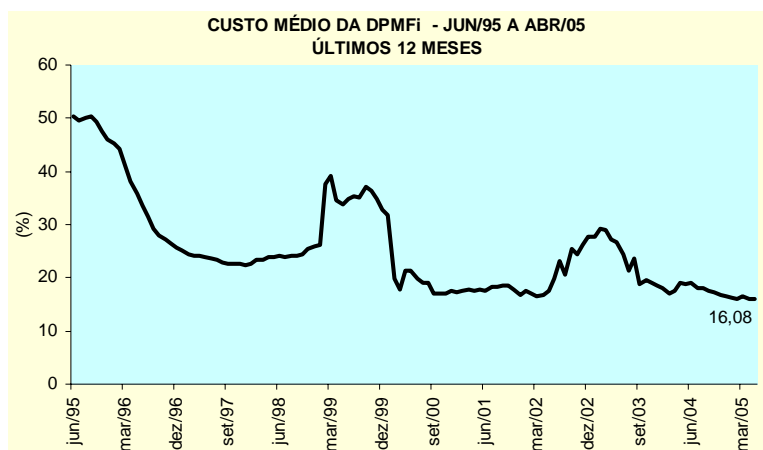
O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público passou de 16,71%, em abril, para 15,04%, em maio.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005
(% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004		
Mai	17,13	21,97
Jun	17,43	16,60
Jul	17,57	15,04
Ago	17,24	14,55
Set	16,22	13,96
Out	15,29	14,90
Nov	17,49	14,16
Dez	17,37	15,54
2004	17,17	16,39
2005		
Jan	16,93	16,05
Fev	17,34	16,51
Mar	18,71	19,37
Abr	18,20	16,71
Mai	17,03	15,04

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi, acumulado nos últimos 12 meses, apresentou acréscimo, ao passar de 15,93% a.a., em abril, para 16,08% a.a., em maio, devido à maior variação da taxa Selic em maio de 2005 (1,50%) em comparação com maio de 2004 (1,23%).



Prazo Médio

Em maio, os prazos médios das LFT e LTN apresentam ligeiro aumento devido à emissão desses títulos com prazos de 37,05 e 13,97 meses, superiores aos seus respectivos prazos médios de estoque em abril (18,09 e 6,94 meses). Apesar disso, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução (27,69 meses, em maio, contra 28,16 meses, em abril), devido à aproximação das datas de vencimento dos títulos em circulação.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2004/2005

TÍTULOS	Meses		
	2004		2005
	MAI	ABR	MAI
LTN	7,07	6,94	6,97
LFT	20,37	18,09	18,24
NTN-B	110,26	104,69	105,81
NTN-C	69,87	67,42	66,51
NTN-D	12,31	18,30	17,24
TDA	60,91	64,07	63,07
Divida Securitizada*	59,94	76,26	75,43
Demais	104,47	91,46	89,77
TOTAL	30,77	28,16	27,69

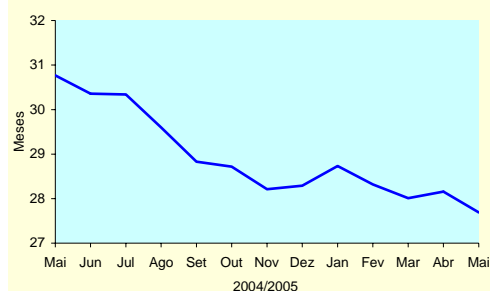
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2004/2005

PERÍODO	Meses	
	TOTAL	OF. PUB. (1)
Mai	30,77	23,57
Jun	30,36	23,24
Jul	30,34	23,23
Ago	29,60	22,42
Set	28,83	21,60
Out	28,72	21,65
Nov	28,21	21,18
Dez	28,29	20,69
2005	28,73	21,41
Jan	28,32	21,26
Fev	28,01	21,10
Mar	28,16	21,50
Abr	27,69	21,16
Maio		

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Dívida Externa Líquida

O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 5,7% (R\$ 10,4 bilhões), em relação a abril, provocado principalmente pela apreciação do real frente ao dólar de 5,04%. O saldo da dívida externa, expresso na moeda norte-americana, diminuiu 0,42% devido à amortização da dívida contratual e à desvalorização da moeda norte-americana em relação às demais moedas de referência – em especial, euro, libra e iene – de alguns títulos e ou contratos externos, cujo montante total superou o aumento do estoque decorrente da reabertura do Global 2019.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004		2005
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	177.249	156.422	148.545
Bônus de Renegociação	48.290	34.186	32.464
Bônus de Captação	128.959	122.235	116.080
II. DÍVIDA CONTRATUAL	55.257	39.844	37.208
Organismos Multilaterais	30.177	22.927	21.431
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.994	7.968	7.559
Clube de Paris	15.085	8.948	8.217
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	232.506	196.265	185.752
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.920	-3.740	-3.690
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-407	-343	-319
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	228.178	192.182	181.743
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,1%	10,5%	9,8%

A dívida externa líquida, em maio, foi de 9,8% do PIB, com redução de 4,3 pontos percentuais em relação a 2004.

Em maio, o serviço da Dívida Pública Federal Externa (DPFe) totalizou R\$ 719,1 milhões, dos quais R\$ 536,5 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 182,6 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 443,2 milhões) referiu-se ao pagamento de juros e encargos da dívida mobiliária.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, MAI/2005

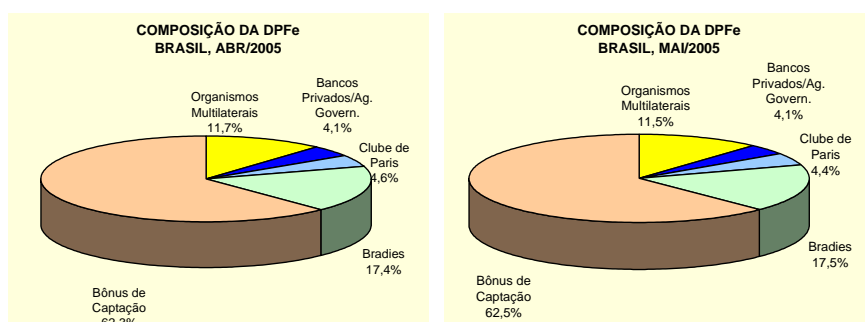
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	182,6	536,5	719,1
I.1. Organismos Multilaterais	131,1	85,1	216,2
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	51,5	8,2	59,7
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	443,2	443,2
GLOBAL2027	0,0	439,4	439,4
ROTHSCHILD(DL6019)	0,0	0,0	0,1
GLOBAL2019 (Reabertura)	0,0	3,7	3,7

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 719,1 milhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, houve aumento na participação dos Bônus de Captação de 0,21 ponto percentual decorrente da reabertura do Global 2019. Por outro lado, observou-se diminuição da participação dos Organismos Multilaterais e Clube de Paris em 0,14 ponto percentual cada.

Composição



O prazo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa (DPMFe) apresentou decréscimo em relação a abril, passando de 5,78 anos para 5,74 anos. A variação decorreu principalmente da aproximação das datas de vencimento dos títulos em circulação.

Prazo e Custo Médios

O custo médio da DPMFe, em dólares, permaneceu praticamente estável no mês de maio, tendo passado de 9,22% a.a. para 9,23% a.a..

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	MAI	ABR	MAI
PRAZO MÉDIO (ANOS)	5,98	5,78	5,74
Bônus de Renegociação	5,70	5,63	5,55
Bônus de Captação	6,09	5,82	5,79
Globais	7,03	6,79	6,72
Euros	3,15	3,01	2,93
Demais	2,62	1,82	1,73
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,89	9,22	9,23
Bônus de Renegociação	4,95	6,06	6,06
Bônus de Captação	10,37	10,10	10,11
Globais	10,71	10,46	10,45
Euros	10,28	9,76	9,76
Demais	6,05	6,06	6,05

* Custo Médio em dólares.

Em maio, o prazo e o custo médio da dívida pública mobiliária externa foram de 5,74 anos e 9,23% a.a., respectivamente.

Boxe 5 – Brasil reabre Global 2034

No dia 25 de maio, com liquidação financeira em 02 de junho, o Brasil promoveu a reabertura do Global 2034, o segundo título mais longo em mercado da dívida externa brasileira. Na reabertura desse título, que havia sido emitido originalmente em janeiro de 2004, foram ofertados USD 500 milhões.

O Global 2034, que pagará cupom semestral de 8,25% a.a., foi emitido ao preço de 94,125% do seu valor de face, resultando assim, em rentabilidade ao investidor de 8,814% a.a.. O *spread* foi de 440 pontos-base acima do título de referência do Tesouro Americano com vencimento em 2031.

Com essa operação, o total emitido pelo Tesouro Nacional alcançou US\$ 5,4 bilhões do montante previsto para o exercício de 2005 (de até US\$ 6 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS***Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal***

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
I. RECEITA TOTAL	33.120,8	33.621,4	35.130,5	33.812,2	34.807,5	36.281,2	34.076,2	48.154,4	41.415,3	35.225,6	38.222,1	42.746,5	36.909,7
I.1. Receitas do Tesouro	25.757,9	25.622,7	27.527,5	26.134,9	27.246,3	28.410,2	26.258,7	34.703,0	33.303,1	27.700,2	29.819,0	34.037,8	28.612,0
I.1.1 Receita Bruta	26.628,2	28.026,6	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.667,1	28.137,2	30.549,7	34.561,9	29.342,8
- Impostos	10.134,3	11.116,4	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2
- Contribuições	13.339,6	14.196,6	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.118,5	14.979,9	14.066,5
- Demais	3.154,3	2.713,6	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.104,7	3.512,3	3.302,6	4.938,9	3.098,2
I.1.2. (-) Restituições	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8
I.3. Receitas do Banco Central	87,0	98,7	93,7	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5
II.3. Transferências da Cide	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0
II.4. Demais	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	26.518,5	29.410,5	29.813,9	27.778,7	29.743,9	30.577,2	27.855,7	41.811,6	34.019,2	28.526,6	32.012,4	36.189,2	28.913,1
IV. DESPESA TOTAL	22.788,0	23.765,5	26.224,7	24.357,9	25.127,2	25.877,7	26.135,2	44.567,6	25.764,2	25.923,5	25.185,7	23.270,4	25.820,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6	8.106,9	11.008,8	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5	6.430,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.418,9	9.940,1	9.920,1	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9
IV.3. Custeio e Capital	6.888,2	6.759,9	8.231,9	7.459,1	7.791,1	8.248,0	7.669,3	13.291,9	7.005,9	7.159,0	7.875,2	6.235,7	8.678,3
IV.3.1. Despesa do FAT	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2
- Abono e Seguro Desemprego	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1	579,3	1.022,5	611,5	477,1	830,1	635,4	843,7
- Demais Despesas do FAT	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8	33,5	29,4	75,7	3,6	23,7	28,3	36,1	18,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	313,6	21,7	378,9	518,3	327,4	324,8	452,7	2.068,4	222,9	1.139,1	911,7	66,6	383,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (3)	601,8	652,8	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.163,7	5.437,1	5.999,4	5.265,6	5.733,1	6.263,7	5.921,4	9.463,3	5.550,3	4.827,0	5.402,5	4.793,8	6.720,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	45,8	50,9	47,3	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7
IV.5. Despesas do Banco Central	113,1	125,7	111,8	123,5	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.730,4	5.645,1	3.589,2	3.420,8	4.616,7	4.699,5	1.720,5	-2.756,0	8.255,0	2.603,1	6.826,7	12.918,8	3.092,6
V.1. Tesouro Nacional	5.899,6	7.712,2	6.018,1	6.020,9	7.264,8	7.275,0	4.207,4	3.986,8	10.723,0	6.362,5	9.185,5	14.937,6	5.452,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-2.143,1	-2.040,2	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1
V.3. Banco Central (5)	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (6)	395,4	307,3	365,5	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2	326,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	566,3	-598,3	92,5	117,4	-799,0	815,6	756,4	-353,5	123,4	-643,2	178,3	1.224,8	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (7)	4.692,2	5.354,0	4.047,2	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	nd
IX. JUROS NOMINAIS (7)	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (7)	-4.856,6	330,5	-728,1	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi lhões	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(4) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(6) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(7) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.269,0	38.220,6	40.242,6	38.808,9	41.609,3
I.1 - Recolhimento Bruto	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.879,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	249,7	348,4	185,0	332,2	303,6
I.5 - Receita do Salário Educação	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2	232,6	204,9	198,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4	8.793,0	9.281,4	8.727,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4
II. DESPESAS	35.197,4	29.854,3	34.151,0	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.899,9	38.738,6	33.255,7	36.661,4	39.784,7
II.1 - Liberações Vinculadas	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,5	8.129,0	9.928,5
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.603,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7
II.1.4 - Outras Vinculações	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,5	1.422,5	1.399,1
II.2 - Liberações Ordinárias	28.455,2	24.375,7	27.524,0	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.002,3	30.067,5	26.125,2	28.532,4	29.856,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.661,1	7.946,1	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.539,9	7.215,4	6.293,8	6.457,5	7.001,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.653,5
i) Dívida Contratual Interna	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	107,4
ii) Dívida Contratual Externa	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.531,4	5.878,8	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0	5.706,1	6.331,5	5.241,4	6.229,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.726,1	3.694,9	284,3	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.630,9	-518,1	6.986,9	2.147,5	1.824,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	23.279,7	3.801,9	33.070,1	33.698,5	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3	32.459,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8	31.238,4	32.267,7	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4
V. DESPESAS	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.173,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.983,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2
V.1.2 - Dívida Contratual	97,3	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	107,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	9.225,7	-29.098,7	6.137,7	12.167,9	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-19.065,8	13.797,4	-1.552,0	2.178,1	8.283,3	-34.013,9	-2.594,2	23.375,3	-2.397,8	7.889,7	28.182,1	-1.168,3	13.817,9

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4
I.1. Emissão de Títulos	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0
II.1. Resgate de Títulos	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0
II.2. Encargos da DPMF	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0
III. RESULTADO (I - II)	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0
IV. PRONAF	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	52,8	48,7	18,2	5,2	36,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	46,0	10,3	-0,4	2,2	1,7
V. PROEX	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7
XI. TOTAL	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6	1.876,6	60,4	446,5	215,3	-11,9	268,0

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui Reordenamento de Passivos

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
I. DÍVIDA INTERNA	162.641,4	165.572,4	160.471,5	164.829,8	171.910,3	174.551,0	182.636,1	210.392,3	213.149,9	233.443,6	256.959,6	251.164,1	268.957,0
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1
Dívida Bancária	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4
INSS	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0
Lei 7.976/89	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6
Bônus Renegociação	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5
Lei 8.727/93	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7
Lei 9.496/97	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3
Recebíveis das Estatais	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6
Outros	-44.395,8	-44.678,1	-44.986,1	-44.845,1	-44.350,6	-44.418,5	-44.575,6	-45.373,5	-45.501,3	-45.090,8	-45.233,6	-45.451,9	-44.906,7
Fat	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1
Demais Entidades	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-49.628,6
Créditos das Operações Oficiais	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8
Arrecadação a Recolher	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.192,1
II. DÍVIDA EXTERNA	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4
Dívida Mobiliária	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5
Títulos Depositados em Garantias	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0
Dívida Contratual	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6
Disponibilidades	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	390.819,6	392.660,4	382.230,2	380.097,1	383.720,4	387.382,3	388.061,6	410.284,6	408.278,4	431.744,9	462.102,5	443.346,3	450.700,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,1%	23,9%	23,0%	22,5%	22,5%	22,5%	22,3%	23,2%	22,9%	24,0%	25,5%	24,2%	24,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4
Brazil Investment Bond (BIB)	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8
Par Bond (PB)	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8
Discount Bond (DB)	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2
Debt Conversion Bond (DCB)	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7
New Money Bond (NMB)	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1
Eligible Interest (EI)	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1
Euro 2005	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0
Euro 2006	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9
Euro 2007	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5
Euro 2009	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0
Euro 2010	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5
Euro 2011	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0
Euro 2012	-	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0
Euro 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.481,0
Eurolibra 2007	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9
Eurolibra 2017	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3
Global 2005	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8
Global 2006	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7
Global 2007	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5
Global 2008	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5
Global 2009	6.258,2	6.243,7	6.068,0	5.823,7	5.612,2	5.554,4	5.299,6	5.094,7	4.929,6	4.854,4	4.854,4	4.691,1	4.516,5
Global 2010	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5
Global 2011	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8
Global 2012	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8
Global 2013	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8
Global 2014	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8
Global 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8
Global 2019	-	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8
Global 2020	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8
Global 2024	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6
Global 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8
Global 2027	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3
Global 2030	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1
Global 2034	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7
Global 2040	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1
Marco Alemão 2007	1.953,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.759,0	1.751,2	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.326,2
Marco Alemão 2008	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8
Samurai 2006	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2
Samurai 2007	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.929,7	1.768,2	1.682,2
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,1%	13,8%	13,3%	12,8%	12,4%	12,4%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,3%	10,5%	9,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0
I. Dívida em Mercado	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1
Dívida Securitizada	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4
TDA	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7
LTN	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0
LFT	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9
LFT-A	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6
LFT-B	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5
NTN-A	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9
NTN-B	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9
NTN-C	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2
NTN-D	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6
NTN-F	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3
NTN-I	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0
NTN-P	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4
CFT-A	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4
CFT-D	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4
Demais	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0
II. Dívida com BACEN	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9
LTN	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3
LFT	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9
NTN-D	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8
Demais	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9
Dívida em Mercado/PIB	44,7%	44,8%	44,4%	44,2%	44,4%	44,4%	44,4%	45,2%	45,7%	46,4%	47,5%	47,1%	47,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mai/2004	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2005
I. INTERNA	-139.385,7	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-159.607,6
Dívida contratual	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4
FAT	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1
Aplicações financeiras	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3
Fundos Regionais	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-31.957,3
Demais	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3
II. EXTERNA	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7
Disponibilidades	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-139.793,0	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-159.926,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de maio de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 12,8% (doze vírgula oito) quando comparados aos repasses efetuados em abril de 2005.

Em maio de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.791,9 milhões, contra R\$ 4.245,4 milhões no mês de abril de 2005, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2005, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2004, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/05 ABR/05	MAI/05 MAI/04	JAN A MAI/05 JAN A MAI/04
2004	2.486,8	2.135,2	11.148,8	-	-	-
2005	2.880,9	2.552,3	13.035,4	+12,8%	+15,8 %	+16,9 %

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/05 ABR/05	MAI/05 MAI/04	JAN A MAI/05 JAN A MAI/04
2004	2.376,2	2.040,3	10.653,3	-	-	-
2005	2.752,8	2.438,9	12.456,1	+12,8%	+15,8%	+16,9 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

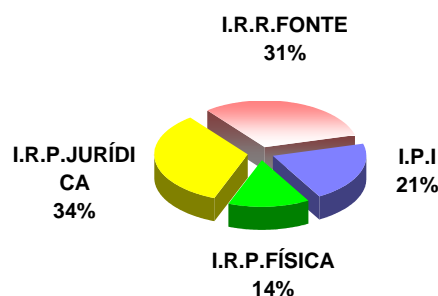
De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **maio** foram efetuados nas seguintes datas: **10/05, 20/05 e 30/05**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
MAI	+11,0%	+12,8%	+11,0%	+12,8%	-2,0%	-2,5%

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **maio** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

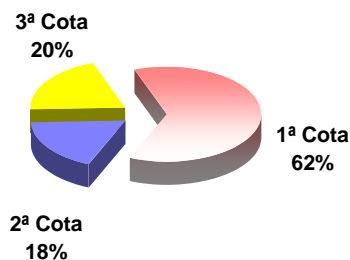
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



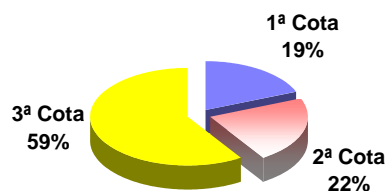
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de abril a 20 de maio de 2005, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3ºDEC/ABR	378,9	7.536,5	7.915,4						
MAI/2005	1.808,7	7.560,3	9.369,0	MAI/2005	12.804,1	2.339,9	2.448,8	171,4	875,3
1ºDEC/MAI	446,9	1.886,3	2.333,2	3º Dec/Abr	7.915,4	1.446,5	1.513,8	32,2	528,1
2ºDEC/MAI	1.190,4	1.365,1	2.555,5	1º Dec/Mai	2.333,2	426,4	446,2	38,0	160,7
3ºDEC/MAI	171,3	4.309,0	4.480,3	2º Dec/Mai	2.555,5	467,0	488,7	101,2	186,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	13.691,87	80.049,57	17,91	16.584,46
AL	58.311,64	97.344,11	424,81	28.510,93
AM	33.659,99	65.293,87	4.593,21	18.701,36
AP	8.611,08	79.838,97	3,62	15.782,22
BA	218.777,56	219.866,05	10.347,30	80.813,25
CE	128.152,31	171.679,53	2.252,97	54.001,32
DF	5.433,11	16.150,31	48,02	4.161,46
ES	43.736,86	35.099,20	7.638,89	17.072,19
GO	88.987,29	66.527,02	1.718,00	28.314,12
MA	99.584,74	168.902,02	1.623,20	62.297,11
MG	322.098,19	104.232,92	19.474,49	84.155,80
MS	36.422,26	31.168,09	1.095,96	12.645,84
MT	46.337,53	54.003,62	1.630,95	18.819,94
PA	89.145,02	143.017,53	6.431,86	51.482,28
PB	79.169,86	112.057,70	672,33	33.986,86
PE	124.006,38	161.460,99	957,48	48.376,56
PI	60.968,99	101.118,45	93,19	29.949,00
PR	165.363,08	67.465,34	19.106,73	48.744,21
RJ	72.336,25	35.747,36	17.699,11	24.689,58
RN	60.836,40	97.760,62	1.158,43	28.346,04
RO	22.293,90	65.883,53	244,58	15.709,87
RR	11.959,82	58.047,05	11,16	12.372,37
RS	165.204,80	55.101,06	24.641,39	47.453,41
SC	95.214,58	29.946,63	15.080,65	26.274,86
SE	35.645,04	97.231,80	115,55	23.575,70
SP	328.501,30	23.399,46	34.275,76	80.307,63
TO	37.568,83	101.553,68	21,26	24.588,23
Total	2.452.018,67	2.339.946,47	171.378,80	937.716,59

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jun/Mai	Jul/Jun	Ago/Jul
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	-4,0 %	-22,0 %	+8,0 %
IPI-EXP	-9,0 %	+17,0 %	+8,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Ago/2004	30/09/04	Jan a Dez/2004	10/02/05
Set/2004	20/10/04	Jan/2005	16/02/05
Out/2004	26/11/04	Fev/2005	17/03/05
Nov/2004	21/12/04	Mar/2005	19/04/05
Dez/2004	09/02/05	Abr/2005	02/06/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em maio de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.884,3 milhões, contra R\$ 2.593,2 milhões em abril de 2005. Os repasses para o Fundo apresentaram acréscimo de 11,2% em valores nominais.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	abril	Partc.	maio	Partc.	MAI/ ABR
FPM	379.986,5	14,7%	428.900,4	14,9%	12,9%
FPE	365.839,0	14,1%	412.931,7	14,3%	12,9%
IPI-EXP	31.009,2	1,2%	30.243,3	1,0%	-2,5%
LC 87/96	42.390,3	1,6%	42.390,3	1,5%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	23.250,9	0,9%	23.250,9	0,8%	-
ICMS	1.750.808,1	67,5%	1.946.648,5	67,5%	11,2%
Total	2.593.284,0	100%	2.884.365,1	100%	11,2%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

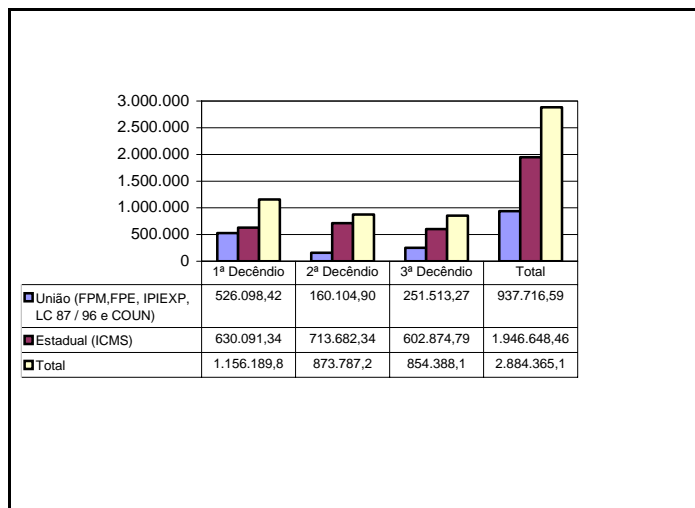
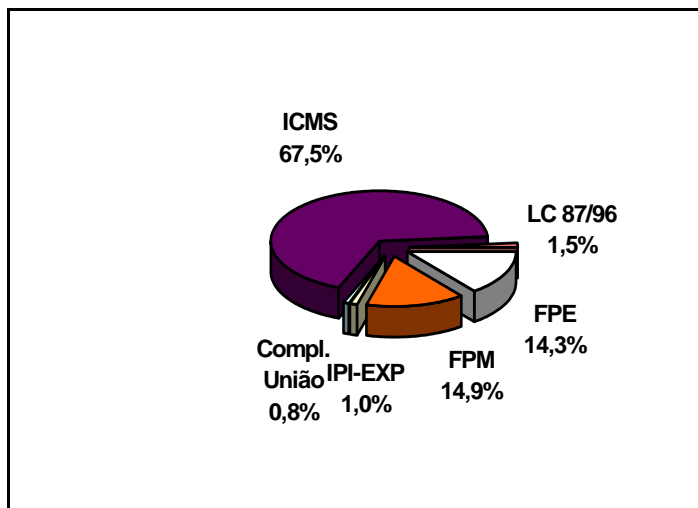
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2005 - PORTARIA Nº 041, DE 29 DE MARÇO DE 2005

Portaria MF nº 41, de 29 de março de 2005, publicado no D.O.U. em 31/03/05, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

MÊS	ALAGOAS	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MARÇO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
ABRIL	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
MAIO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JUNHO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JULHO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
AGOSTO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
SETEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
OUTUBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
NOVEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
DEZEMBRO	2.440.840	55.668.660	30.091.260	4.802.780	93.003.540
TOTAL	10.373.570	236.591.805	127.887.855	20.411.815	395.265.045

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MAIO/2005 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	14.126	2.416	3	0	39	3.379	19.963	138,6	655,9
AL	686.155	17.178	10.290	75	610	357	13.624	42.134	61,4	285,7
AM	737.073	11.522	5.940	811	0	428	36.723	55.424	75,2	351,0
AP	124.616	14.089	1.520	1	0	173	4.913	20.695	166,1	683,6
BA	2.886.955	38.800	38.608	1.826	0	1.580	70.515	151.328	52,4	263,2
CE	1.585.399	30.296	22.615	398	0	692	38.315	92.317	58,2	259,1
DF(2)	294.440	2.850	959	8	0	344	0	4.161	14,1	64,5
ES	501.939	6.194	7.718	1.348	0	1.812	70.398	87.470	174,3	646,8
GO	915.092	11.740	15.704	303	0	567	49.720	78.034	85,3	402,2
MA	1.475.516	29.806	17.574	286	13.917	713	26.561	88.858	60,2	256,3
MG	3.257.717	18.394	56.841	3.437	0	5.484	187.972	272.127	83,5	397,6
MS	404.776	5.500	6.427	193	0	525	32.114	44.760	110,6	498,8
MT	575.990	9.530	8.177	288	0	825	40.333	59.152	102,7	476,2
PA	1.554.289	25.238	15.731	1.135	7.523	1.855	31.584	83.066	53,4	260,7
PB	773.710	19.775	13.971	119	0	122	16.345	50.332	65,1	302,9
PE	1.429.101	28.493	19.140	169	0	574	49.358	97.735	68,4	313,1
PI	663.490	17.844	10.759	16	1.201	128	10.719	40.668	61,3	285,0
PR	1.558.298	11.906	29.182	3.372	0	4.285	112.673	161.417	103,6	488,2
RJ	2.002.925	6.308	12.765	3.123	0	2.493	170.446	195.136	97,4	474,4
RN	543.826	17.252	10.736	204	0	154	19.608	47.954	88,2	411,2
RO	300.173	11.627	3.934	43	0	106	16.095	31.805	106,0	472,1
RR	75.189	10.244	2.111	2	0	16	1.803	14.176	188,5	893,4
RS	1.541.054	9.724	29.113	4.348	0	4.268	133.588	181.041	117,5	555,0
SC	878.422	5.285	16.803	2.661	0	1.526	82.744	109.019	124,1	561,2
SE	378.202	17.159	6.290	20	0	106	11.520	35.096	92,8	435,2
SP	5.091.365	4.129	56.947	6.049	0	13.183	707.884	788.192	154,8	691,4
TO	263.208	17.921	6.630	4	0	33	7.715	32.303	122,7	555,7
Total	30.642.932	412.932	428.900	30.243	23.251	42.390	1.946.648	2.884.365	94,1	432,9

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07.03.2005. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.